



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA



PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL. 886

CONTRATO Nº 43848215/2026

COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.133/2021



PROCESSO DE ORIGEM

Pregão Eletrônico Nº 015/2025
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 048/2025



OBJETO CONTRATUAL

Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção com reposição de peças de ar condicionado e refrigeração em geral para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Santa Luzia – Ma



VALOR CONTRATUAL

R\$ 272.520,18 (duzentos e setenta e dois mil, quinhentos e vinte reais e dezoito centavos)



VIGÊNCIAS CONTRATUAL

INICIAL: 23 de Maio de 2026
FINAL: 23 de Maio de 2027



DADOS DO CONTRATANTE

Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ nº 18.165.546/0001-68

RUA 9 DE SETEMBRO, 355, CENTRO, Santa Luzia, Maranhão.

ANDRÉIA DE SOUZA CARVALHO, CPF nº 030.951.663-38

ORDENADOR DE DESPESAS

FELIPE ALVES SOUZA SECRETARIO DE FAZENDA E FINANÇAS
PORTARIA 005/2025



DADOS DO CONTRATADO

D C BEZERRA LTDA, CNPJ nº 28.810.203/0001-62

RUA 7 DE SETEMBRO, 224, CENTRO, Santa Luzia, Maranhão

gordo.som37@gmail.com, (98) 98159-5959,

DINE CEZAR BEZERRA, CPF nº 653.477.653-72



FISCAL DO CONTRATO

Francyara do Vale Ericeira - CPF nº 041.268.933-26

PREÂMBULO

Aos 23 de Maio de 2026, a Prefeitura Municipal de Santa Luzia – MA, através da Fundo Municipal de Assistência Social, inscrita no CNPJ nº 18.165.546/0001-68, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA



PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL 887 P

de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção com reposição de peças de ar condicionado e refrigeração em geral para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Santa Luzia – Ma de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de R\$ R\$ 272.520,18 ((duzentos e setenta e dois mil, quinhentos e vinte reais e dezoito centavos)), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	R\$ Unit.	R\$ Total
1	0 - Carga de gás de bebedouro / freezer / refrigerador	SERVIÇOS	Serviço	25,00	R\$ 272,51	R\$ 6.812,75
6	0 - Desinstalação ar condicionado split	SERVIÇOS	Serviço	50,00	R\$ 106,26	R\$ 5.313,00
7	0 - Higienização de bebedouro	SERVIÇOS	Serviço	30,00	R\$ 106,26	R\$ 3.187,80
10	0 - [COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Higienização completa ar condicionado split	SERVIÇOS	Serviço	45,00	R\$ 216,26	R\$ 9.731,70
11	0 - [COTA RESERVADA ME/EPP] - Higienização completa ar condicionado split	SERVIÇOS	Serviço	15,00	R\$ 216,26	R\$ 3.243,90
12	0 - Limpeza de filtros ar condicionado split	SERVIÇOS	Serviço	50,00	R\$ 38,76	R\$ 1.938,00
13	0 - Limpeza do sistema, freezer e bebedouros	SERVIÇOS	Serviço	50,00	R\$ 120,01	R\$ 6.000,50
14	0 - Limpeza no sistema ar condicionado split	SERVIÇOS	Serviço	50,00	R\$ 142,51	R\$ 7.125,50
15	0 - Pressão verificar vazamentos ar condicionado split, freezer e bebedouros	SERVIÇOS	Serviço	50,00	R\$ 142,51	R\$ 7.125,50
16	0 - Reaperto geral das conexões ar condicionado split	SERVIÇOS	Serviço	50,00	R\$ 96,26	R\$ 4.813,00
17	0 - Serviço de solda ar condicionado split	SERVIÇOS	Serviço	50,00	R\$ 105,01	R\$ 5.250,50
18	0 - Serviço elétrico ar condicionado split	SERVIÇOS	Serviço	50,00	R\$ 105,01	R\$ 5.250,50
19	0 - Troca de capacitor do condensador ar condicionado split	SERVIÇOS	Serviço	50,00	R\$ 105,01	R\$ 5.250,50
20	0 - Troca de capacitor da placa ar condicionado split	SERVIÇOS	Serviço	50,00	R\$ 105,01	R\$ 5.250,50
22	0 - [COTA RESERVADA ME/EPP] - Troca de compressor freezer e bebedouro	SERVIÇOS	Serviço	12,00	R\$ 218,76	R\$ 2.625,12
24	0 - [COTA RESERVADA ME/EPP] - Troca de compressor ar condicionado split	SERVIÇOS	Serviço	12,00	R\$ 373,76	R\$ 4.485,12
25	0 - Troca de condensador 3x8 de bebedouro	SERVIÇOS	Serviço	50,00	R\$ 105,01	R\$ 5.250,50
26	0 - [COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Troca de condensador ar condicionado split	SERVIÇOS	Serviço	37,00	R\$ 217,51	R\$ 8.047,87
27	0 - [COTA RESERVADA ME/EPP] - Troca de condensador ar condicionado split	SERVIÇOS	Serviço	12,00	R\$ 217,51	R\$ 2.610,12
28	0 - Troca de display ar condicionado split	SERVIÇOS	Serviço	50,00	R\$ 105,01	R\$ 5.250,50
29	0 - Troca de esponjoso	SERVIÇOS	Serviço	50,00	R\$ 105,01	R\$ 5.250,50



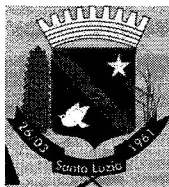
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA



PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº 888 P

30	0 - Troca de filtro bebedouro	SERVIÇOS	Serviço	50,00	R\$ 127,51	R\$ 6.375,50
31	0 - Troca de placa principal ar condicionado split	SERVIÇOS	Serviço	50,00	R\$ 143,76	R\$ 7.188,00
32	0 - Troca de sensor ar condicionado split	SERVIÇOS	Serviço	50,00	R\$ 105,01	R\$ 5.250,50
33	0 - Troca de torneiras bebedouro	SERVIÇOS	Serviço	50,00	R\$ 105,01	R\$ 5.250,50
34	0 - Troca de turbina ar condicionado split	SERVIÇOS	Serviço	50,00	R\$ 142,51	R\$ 7.125,50
35	0 - Troca de válvula de serviço ar condicionado split	SERVIÇOS	Serviço	50,00	R\$ 127,51	R\$ 6.375,50
36	0 - Troca de ventilador 1/40	SERVIÇOS	Serviço	50,00	R\$ 105,01	R\$ 5.250,50
37	0 - Troca de ventilador axial ar condicionado split	SERVIÇOS	Serviço	50,00	R\$ 105,01	R\$ 5.250,50
38	0 - Compressor split 9000 btus	SERVIÇOS	Unid	10,00	R\$ 607,51	R\$ 6.075,10
39	0 - Compressor split 12000 btus	SERVIÇOS	Unid	10,00	R\$ 720,01	R\$ 7.200,10
40	0 - Compressor split 18000 btus	SERVIÇOS	Unid	10,00	R\$ 720,01	R\$ 7.200,10
41	0 - [COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Compressor split 24.000 btus	SERVIÇOS	Unid	7,00	R\$ 1.095,01	R\$ 7.665,07
42	0 - [COTA RESERVADA ME/EPP] - Compressor split 24.000 btus	SERVIÇOS	Unid	2,00	R\$ 1.095,01	R\$ 2.190,02
43	0 - Compressor split 30.000 bts	SERVIÇOS	Unid	1,00	R\$ 1.471,26	R\$ 1.471,26
44	0 - Suporte condensador 12 a 24000 btus	SERVIÇOS	Und	50,00	R\$ 67,51	R\$ 3.375,50
45	0 - Bucha 12	SERVIÇOS	Und	50,00	R\$ 0,69	R\$ 34,50
46	0 - Bucha 8	SERVIÇOS	Und	50,00	R\$ 0,46	R\$ 23,00
47	0 - Cabo de alimentação para freezer e bebedouros	SERVIÇOS	Und	50,00	R\$ 36,26	R\$ 1.813,00
48	0 - Cabo PP 3x1,5MM	SERVIÇOS	M	50,00	R\$ 11,26	R\$ 563,00
49	0 - Cabo PP 4x1,5MM	SERVIÇOS	M	50,00	R\$ 12,14	R\$ 607,00
50	0 - Cano de cobre 1/2	SERVIÇOS	M	50,00	R\$ 30,51	R\$ 1.525,50
51	0 - Cano de cobre 1/4	SERVIÇOS	M	50,00	R\$ 18,76	R\$ 938,00
52	0 - Cano de cobre 3/8	SERVIÇOS	M	50,00	R\$ 23,01	R\$ 1.150,50
53	0 - Cano de cobre 5/8	SERVIÇOS	M	50,00	R\$ 37,51	R\$ 1.875,50
54	0 - Capacitor 03 mf	SERVIÇOS	Und	50,00	R\$ 22,51	R\$ 1.125,50
55	0 - Capacitor 17mf	SERVIÇOS	Und	50,00	R\$ 23,26	R\$ 1.163,00
56	0 - Capacitor 40mf	SERVIÇOS	Und	50,00	R\$ 37,51	R\$ 1.875,50
57	0 - Capacitor 45mf	SERVIÇOS	Und	50,00	R\$ 45,01	R\$ 2.250,50
58	0 - Capacitor 5mf	SERVIÇOS	Und	50,00	R\$ 22,51	R\$ 1.125,50
59	0 - Capacitor 35mf	SERVIÇOS	Und	50,00	R\$ 36,26	R\$ 1.813,00
60	0 - Capilar para freezer e bebedouros	SERVIÇOS	Und	50,00	R\$ 22,51	R\$ 1.125,50
61	0 - Compressor ¼ para freezer freezer e bebedouros	SERVIÇOS	Und	10,00	R\$ 645,01	R\$ 6.450,10
62	0 - Condensador 3x8 para freezer e bebedouros	SERVIÇOS	Und	10,00	R\$ 105,01	R\$ 1.050,10
63	0 - Filtro para bebedouro	SERVIÇOS	Und	30,00	R\$ 127,51	R\$ 3.825,30
64	0 - Fio 4mm	SERVIÇOS	M	50,00	R\$ 4,01	R\$ 200,50
65	0 - Fio 6mm	SERVIÇOS	M	50,00	R\$ 5,01	R\$ 250,50
66	0 - Gás 22 kg	SERVIÇOS	Kg	50,00	R\$ 68,76	R\$ 3.438,00
67	0 - Motor ven cond arc 12000	SERVIÇOS	Und	10,00	R\$ 216,26	R\$ 2.162,60
68	0 - Motor ven cond arc 18000	SERVIÇOS	Und	10,00	R\$ 270,01	R\$ 2.700,10
69	0 - Motor ven cond 24000	SERVIÇOS	Und	10,00	R\$ 322,51	R\$ 3.225,10
70	0 - Motor ventilador ca 9000	SERVIÇOS	Und	10,00	R\$ 195,01	R\$ 1.950,10
71	0 - Motor ventilador evap.9000 a 24000 btus	SERVIÇOS	Und	10,00	R\$ 247,51	R\$ 2.475,10
72	0 - Parafuso 12	SERVIÇOS	Und	50,00	R\$ 1,79	R\$ 89,50



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA



PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL. 8891

73	0 - Parafuso 8	SERVIÇOS	Und	50,00	R\$ 0,51	R\$ 25,50
74	0 - Placa interface de ar condicionado 9000 a 24000	SERVIÇOS	Und	10,00	R\$ 180,01	R\$ 1.800,10
75	0 - Placa principal pci 9000btus a 24000btus	SERVIÇOS	Und	10,00	R\$ 345,01	R\$ 3.450,10
76	0 - Porca de cobre 1/2	SERVIÇOS	Und	50,00	R\$ 12,51	R\$ 625,50
77	0 - Porca de cobre 1/4	SERVIÇOS	Und	50,00	R\$ 11,26	R\$ 563,00
78	0 - Porca de cobre 3/8	SERVIÇOS	Und	50,00	R\$ 11,51	R\$ 575,50
79	0 - Protetor térmico para motor de freezer e bebedouro	SERVIÇOS	Und	50,00	R\$ 30,01	R\$ 1.500,50
80	0 - Rele da placa de ar condicionado	SERVIÇOS	Und	50,00	R\$ 26,26	R\$ 1.313,00
81	0 - Sensor de temperatura cond. Ar split em geral	SERVIÇOS	Und	50,00	R\$ 53,76	R\$ 2.688,00
82	0 - Sensor de degelo cond ar em geral	SERVIÇOS	Und	50,00	R\$ 53,76	R\$ 2.688,00
83	0 - Torneiras para bebedouros	SERVIÇOS	Und	50,00	R\$ 30,01	R\$ 1.500,50
84	0 - Tubo esponjoso para isolamento térmico arc em geral	SERVIÇOS	Und	50,00	R\$ 5,26	R\$ 263,00
85	0 - Turbina 9000 btus	SERVIÇOS	Und	10,00	R\$ 176,26	R\$ 1.762,60
86	0 - Turbina 12000 btus	SERVIÇOS	Und	10,00	R\$ 217,51	R\$ 2.175,10
87	0 - Turbina 18000 btus	SERVIÇOS	Und	10,00	R\$ 226,26	R\$ 2.262,60
88	0 - Turbina 24000 btus	SERVIÇOS	Und	10,00	R\$ 248,76	R\$ 2.487,60
89	0 - Válvula de serviços de ½ arc em geral	SERVIÇOS	Und	15,00	R\$ 61,26	R\$ 918,90
90	0 - Válvula de serviços de ¼ arc em geral	SERVIÇOS	Und	15,00	R\$ 52,51	R\$ 787,65
91	0 - Ventilador 1/40 para freezer e bebedouros	SERVIÇOS	Und	50,00	R\$ 105,01	R\$ 5.250,50
Valor Total					R\$ 272.520,18	

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.4 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

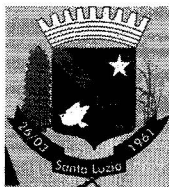
2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de 23/05/2026 e encerramento em 23/05/2027, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA



PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL. 890 P

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA



NºFL 8917

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Santa Luzia deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO: 02 PODER EXECUTIVO

UNIDADE: 17 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DOTAÇÃO: 08.122.0003.2104.0003.3.90.39.00

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA



Nº 092 P

9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento/Serviço.

10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA
Nº FL. 892 P



- 10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.
- 10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
- 10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA



PREFEITURA DE SANTA LUZIA

NFL 894 P

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

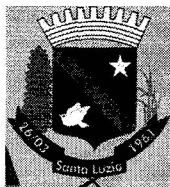
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA



PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL. 895

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "a", "b", "c" e "d" do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

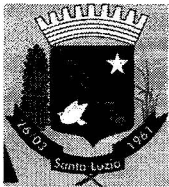
12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

PREFEITURA DE SANTA LUZIA



Nº FL 896 P

12.10 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.12 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA



PREFEITURA DE SANTA LUZIA
NºFL 8978

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Luzia - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Santa Luzia – MA, 23 de Maio de 2026

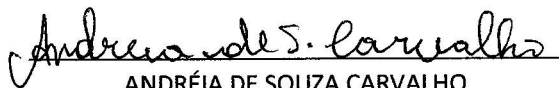
ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE


Felipe Alves de Souza
Secretário Municipal de Fazenda e Finanças
Portaria 005/2025

PELA CONTRATADA


DINE CEZAR BEZERRA
CPF nº 653.477.653-72


ANDRÉIA DE SOUZA CARVALHO
Secretária Municipal de Assistência Social
979/2025

TESTEMUNHAS

NOME:

NOME:



MATERIAL DE CONSUMO, Órgão: 02 PODER EXECUTIVO

Unidade: 16 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Dotação: 10.302.0043.2035.00003.3.90.30.00. MATERIAL DE CONSUMO. Órgão: 02 PODER EXECUTIVO. Unidade: 16 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Dotação: 10.301.0013.2085.00003.3.90.30.00. MATERIAL DE CONSUMO CONTRATADO: AUTO POSTO ZUTIUA LTDA, CNPJ nº 09.271.823/0001-26. Valor Global: R\$ 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais). Vigência Inicial: 5 de Junho de 2026. Vigência Final: 5 de Junho de 2027. Herik James Silva Ramos - Secretário Municipal de Saúde. Santa Luzia - MA, 15 de Junho de 2026.

Publicado por: Rebeca da Silva Lima Gondinho

Assessora Técnica

Código identificador: e1pzkon020260615180610

EXTRATO DE CONTRATO Nº 33848215/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 33848215/2026, assinado em 23/05/2026. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção com reposição de peças de ar condicionado e refrigeração em geral para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Santa Luzia - Ma. Processo Administrativo nº 048/2025. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 015/2025. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.487.015/0001-42, ÓRGÃO: 02 PODER EXECUTIVO. UNIDADE: 16 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DOTAÇÃO: 10.305.0231.2054.00003.3.90.39.00. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA. ÓRGÃO: 02 PODER EXECUTIVO. UNIDADE: 16 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. DOTAÇÃO: 10.302.0043.2035.00003.3.90.39.00

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA. ÓRGÃO: 02 PODER EXECUTIVO. UNIDADE: 16 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. DOTAÇÃO: 10.301.0013.2085.00003.3.90.39.00. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA. CONTRATADO: D C BEZERRA LTDA, CNPJ nº 28.810.203/0001-62. Valor Global: R\$ 272.520,18 (duzentos e setenta e dois mil, quinhentos e vinte reais e dezoito centavos). Vigência Inicial: 23 de Maio de 2026. Vigência Final: 23 de Maio de 2027. Herik James Silva Ramos - Secretário Municipal de Saúde. Santa Luzia - MA, 15 de Junho de 2026.

Publicado por: Rebeca da Silva Lima Gondinho

Assessora Técnica

Código identificador: m7gxfaz0sl20260615180648

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento e
Assistência Social - SEDES**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 43848215/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 43848215/2026, assinado em 23/05/2026. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção com reposição de peças de ar condicionado e refrigeração em geral para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Santa Luzia - Ma. Processo Administrativo nº 048/2025. Modalidade: Pregão Eletrônico nº 015/2025. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ nº 18.165.546/0001-68, RGÃO: 02 PODER EXECUTIVO. UNIDADE: 17 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. DOTAÇÃO: 08.122.0003.2104.0003.3.90.39.00. CONTRATADO: D C BEZERRA LTDA, CNPJ nº 28.810.203/0001-62. Valor Global: R\$ 272.520,18 (duzentos e setenta e dois mil, quinhentos e vinte reais e dezoito centavos). Vigência Inicial: 23 de Maio de 2026. Vigência Final: 23 de Maio de 2027. ANDRÉIA DE SOUZA CARVALHO - Secretária Municipal de Assistência Social. Santa Luzia - MA, 15 de Junho de 2026.

Publicado por: Rebeca da Silva Lima Gondinho

Assessora Técnica

Código identificador: bowqlcqigo320260615180613

PREFEITURA DE SANTA LUZIA

WFL 898P



Contrato nº 43848215/2026

Última atualização 27/07/2026

PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL 901 P



Local: Santa Luzia/MA Órgão: MUNICIPIO DE SANTA LUZIA

Unidade executora: 1975 - Fundo Municipal de Assistência Social

Tipo: Contrato (termo inicial) Receita ou Despesa: Despesa Processo: 048/2025

Categoria do processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 27/07/2026 Data de assinatura: 23/05/2026

Vigência: de 23/05/2026 a 23/05/2027

Id contrato PNCP: 06191001000147-2-000123/2026 Fonte: STARTGOV SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA

Id contratação PNCP: 06191001000147-1-000055/2025

Fruto de adesão? Não Tem Remanejamento: Não Id ata PNCP: 06191001000147-1-000055/2025-000001

Objeto:

Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção com reposição de peças de ar condicionado e refrigeração em geral para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Santa Luzia - Ma

VALOR CONTRATADO

R\$ 272.520,18

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica CNPJ/CPF: 28.810.203/0001-62 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome/Razão social: D C BEZERRA LTDA

Empenhos

Instrumentos de Cobrança

Termos

Arquivos

Histórico

Nome

Data/Hora de Inclusão

Tipo

Contrato 43848215 2026

27/07/2026 - 09:53:37

Contrato

Exibir:

5

1-1 de 1 itens

Página:

1

< Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos

administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

PREFEITURA DE SANTA LUZIA

Nº FL 902 P

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ 0800 978 9001

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.